

FIS. OP Rubrica

OFICIO Nº 093/2022

São Francisco do Brejão (MA), 21 de Junho de 2022

A Secretaria Municipal de Infraestrutura vem por meio deste solicitar cotação de preços para fins de obtenção de pesquisa de valor médio de mercado, destinada a instrução de procedimento de contratação direta por dispensa de licitação.

Para tanto, seguem em anexo a planilha do objeto cuja contratação é pretendida, bem como termo de referência contendo as demais informações contratuais pertinentes.

Outrossim, esclarecemos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC nº 101/00)

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente:

PASCOAL DA CRUZ BRANCO Secretária Municipal de Infraestrutura

EXMA. SRA.
EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES
PREFEITA MUNICIPAL
NESTA



Fls. ODE LICIAS AO Rubrica

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na execução de serviços de Serralheria em Geral para a Administração Pública Municipal, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Par de Trave de futebol Society c/requadro 4x 2,20m / Rede Não Inclusa	2	3.000,00	6.000,00
2	Portão de aço carbono 2,10 x 0,85 meia cana c/fechadura(completo) Incluso Pintura primer, Branco ou Cinza	1	600,00	600,00
3	Portão de ferro manual de chapa de aço carbono ondulada 3 x 2m Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	3	2.100,00	6.300,00
4	Porta de aço carbono tipo cartola0,80 x 2,10m c/fechadura, com pintura primer, branco ou cinza	3	700,00	2.100,00
5	Porta de aço galvanizado 0,80 x 2,10m c/fechadura, Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	2	750,00	1.500,00
6	Troca de fechadura de sobrepor	4	90,00	360,00
7	Troca de fechadura de embutir	4	100,00	400,00
8	Troca de rolamento de portão de correr	2	120,00	240,00
			TOTAL	R\$ 17.500,00

2. JUSTIFICATIVA

Os serviços objeto do presente Termo de Referência destinam-se a confecção de peças metálicas, manutenção e conservação de portas, portões e traves do município.

3. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A CONTRATAÇÃO

- 3.1 As interessadas deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação nos autos do certame:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa);
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



4. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- **4.1** Os preços apresentados devem:
 - a) Refletir os de mercado no momento, observado o prazo de prestação do serviço/entrega do produto;
 - b) Compreender todas as despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
 - c) Serem irreajustáveis durante a vigência do contrato, excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei;
- 4.2 A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;
- 4.2.1 O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato. A entrega será promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;
- 4.3 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma:
- 4.4 Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões;
- 4.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título.

5 - DAS PENALIDADES

- 5.1 No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão - MA;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2 O atraso na execução do objeto implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;
- 5.3 Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;
- 5.4 O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;
- 5.5 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;
- 5.6 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório



Fls. O2H Rubrica

e ampla defesa;

5.7 - O participante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **6.1** Executar o objeto somente após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, emitida pelo gestor do contrato;
- **6.2** Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 12 (doze) horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrentes de culpa da empresa fornecedora ou fabricante.
- **6.3** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive os decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.
- **6.4** Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- **6.5** Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação a execução do objeto;
- 6.6 Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação descritas no Edital;
- **6.7** Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução do contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto;
- **6.8** Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias a execução do objeto contratado, pagando os emolumentos prescritos em lei.
- **6.9** Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhes sejam impostas pelas autoridades.
- **6.10** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Administração Pública Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- **6.11** Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes a custos de mão de obra, transportes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- 6.12 A CONTRATADA não será responsável:
- 6.12.1 Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no contrato.
- **6.13** A Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão MA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.



Fls. ODS AO Rubrica

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 A Contratante, durante a vigência do contrato, se compromete a:
- 7.1.1 Verificar se o objeto foi executado com observação às disposições pertinentes no Termo de Referência, implicando em caso negativo no cancelamento do pagamento do objeto executado;
- 7.1.2 Rejeitar o objeto cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Termo de Referência.
- 7.1.3 Designar servidores municipais para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto do contrato;
- **7.2** As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes a administração.
- 7.3 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.4 Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução do objeto;
- 7.5 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado no contrato;
- 7.6 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;

São Francisco do Brejão (MA), 21 de Junho de 2022

PASCOAL DA CRUZ BRANCO

Secretário Municipal de Infraestrutura

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

Emorteres

EDINALNA BRANDÃO GONÇALVES

Prefeita Municipal



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO GABINETE DO PREFEITO



AUTORIZAÇÃO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO - MA, ESTADO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, AUTORIZA a prosseguir o procedimento administrativo de dispensa de licitação, observadas todas as disposições que estabelecem a Lei nº 8.666/9, visando selecionar a melhor proposta para a Administração Municipal.

Outrossim, esclarecemos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC nº 101/00)

Gabinete da Prefeita Municipal de São Francisco do Brejão - MA, Estado do Maranhão, aos 21 dias do mês de Junho de 2022.

EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES
Prefeita Municipal

APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

À prefeitura municipal de São Francisco do Brejão – CNPJ: 01.616.680/0001-35 TEL: (99) 984348511

DADOS DA EMBRESA

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO Nome Fantasia: PINHEIRO EMPREENDIMENTOS

CNPJ: 46.347.976/0001-36 Endereco: RUA BAHIA

CEP: 65929-000 Cidade/UF:SÃO FRANCISCO DO BREJÃO-MA

Telefones: (99) 988242729

Email: eliaspinheiro245@gmail.com

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Par de Trave de futebol Society c/requadro 4x 2,20m / Rede Não Inclusa	02	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
02	Portão de aço carbono 2,10 x 0,85 meia cana c/fechadura (completo) Incluso Pintura Primer, Branco ou Cinza	01	R\$ 600,00	R\$ 600,00
03	Portão de ferro manual de chapa de aço carbono ondulada 3 x 2m Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	03	R\$ 2.100,00	R\$ 6.300,00
04	Porta de aço carbono tipo cartola 0,80 x 2,10m c/fechadura, com pintura primer, branco ou cinza	03	R\$ 700,00	R\$ 2.100,00
05	Porta de aço galvanizado 0,80 x 2,10m c/fechadura, Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	02	R\$ 750,00	R\$ 1.500,00
06	Troca de fechadura de sobrepor	04	R\$ 90,00	R\$ 360,00
07	Troca de fechadura de embutir	04	R\$ 100,00	R\$ 400,00
08	Troca de rolamento de portão de correr	02	R\$ 120,00	R\$ 240,00

Valor total: R\$ 17.500,00

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

Dados bancários:

Banco: 0260 Nubank Agência: 0001 Conta PJ: 42294885-1

Prazo de validade da cotação: 23 /07/2022.

Prazo de entrega: até 15 dias úteis.

São Francisco do Brejão -MA, 23 de junho de 2022

Responsável pelo orçamento

APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

À prefeitura municipal de São Francisco do Brejão - CNPJ: 01.616.680/0001-35 TEL: (99) 984348511

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: RF DE PAIVA COMÉRCIO E SERVIÇOS

Nome Fantasia: RAI SERRALHERIA

CNPJ: 13.243.771/0001-51 **Endereço:** RUA JJK 453 JACU

CEP: 65930-000 Cidade/UF:AÇAILÂNDIA-MA

Telefones: (99) 991657158

Email: rayserralheria6@gmail.com



ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR
				TOTAL
01	Par de Trave de futebol Society c/requadro 4x 2,20m / Rede Não Inclusa	02	R\$ 3.000,00	R\$ 6.000,00
02	Portão de aço carbono 2,10 x 0,85 meia cana c/fechadura (completo) Incluso Pintura Primer, Branco ou Cinza	01	R\$ 600,00	R\$ 600,00
03	Portão de ferro manual de chapa de aço carbono ondulada 3 x 2m Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	03	R\$ 2.100,00	R\$ 6.300,00
04	Porta de aço carbono tipo cartola 0,80 x 2,10m c/fechadura, com pintura primer, branco ou cinza	03	R\$ 720,00	R\$ 2.160,00
05	Porta de aço galvanizado 0,80 x 2,10m c/fechadura, Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	02	R\$ 750,00	R\$ 1.500,00
06	Troca de fechadura de sobrepor	04	R\$ 90,00	R\$ 360,00
07	Troca de fechadura de embutir	04	R\$ 100,00	R\$ 400,00
08	Troca de rolamento de portão de correr	02	R\$ 120,00	R\$ 240,00

Valor total: R\$ 17.560,00

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

Dados bancários:

Banco: STONE197 Agência: 0001 Conta Corrente: 4172906

Prazo de validade da cotação: 23 /07/2022.

Prazo de entrega: até 15 dias úteis.

Açailândia -MA, 23 de junho de 2022

RAIMUNDO FURTADO DE PAIVA

Responsável pelo orçamento

APRESENTAÇÃO DE COTAÇÃO DE PREÇOS

À prefeitura municipal de São Francisco do Brejão – CNPJ: 01.616.680/0001-35 TEL: (99) 984348511

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: LUCAS RAMOS DOS REIS

Nome Fantasia: SERRALHERIA REIS

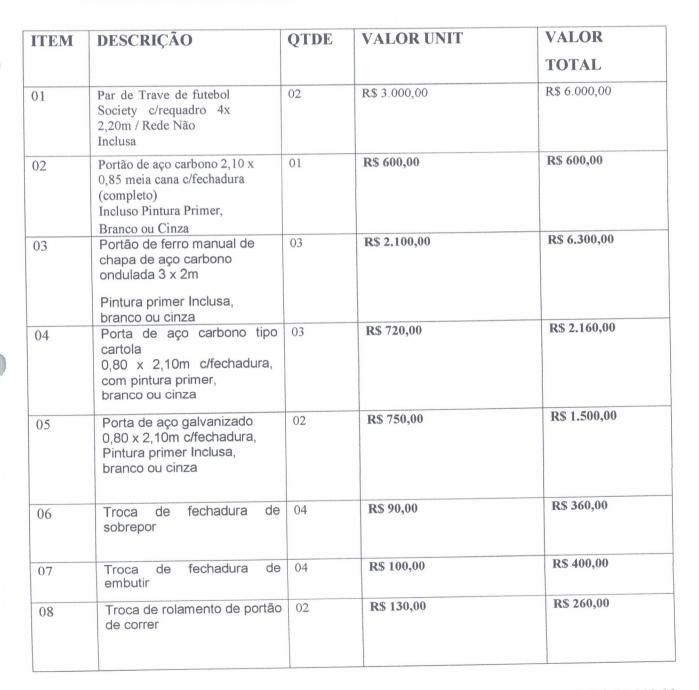
CNPJ: 36.006.481/0001-90

Endereco: RUA JAMBO MASSARANDUBA Q: 14 Nº06 CASA A

CEP: 65930-000 Cidade/UF: AÇAILÂNDIA-MA

Telefones: (99) 991905112

Email: lucasramos.lr765@gmail.com



Valor total: R\$ 17.580,00

Declara a empresa que estão inclusos no (s) preço (s) da presente cotação, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na comercialização do material/prestação de serviços.

Dados bancários:

Banco: Bradesco

Agência: 0721

Conta Corrente: 0077752

Prazo de validade da cotação: 20/07/2022.

Prazo de entrega: até 30 dias.

Local e data Açailândia-ma 23/06/2022

36.006.481/0001-90 SERRALHERIA REIS Rug Jambo - Qd. 14 Ll. 06 - Pequiá

(Nome)Responsável pelo orçamento Assinatura do responsável



FIS. 013
Rubrica

Dispensa de Licitação nº 014/2022 Processo Administrativo nº 078/2022

São Francisco do Brejão (MA), 27 de Junho de 2022

A Secretaria Municipal de Infraestrutura vem por meio deste requerer seja aprovado o Termo de Referência definitivo em anexo, cujo objeto consiste na execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal.

Outrossim, esclarecemos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, LOA e PPA. (art. 16, II, da LC n° 101/00)

Sem mais para o momento, aproveitamos e ensejo para elevar nossas reais considerações e apreço.

Atenciosamente:

PASCOAL DA CRUZ BRANCO Secretário Municipal de Infraestrutura

EXMA. SRA.
EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES
PREFEITA MUNICIPAL
NESTA





TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada na execução de serviços de Serralheria em Geral para a Administração Pública Municipal, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Par de Trave de futebol Society c/requadro 4x 2,20m / Rede Não Inclusa	2	3.000,00	6.000,00
2	Portão de aço carbono 2,10 x 0,85 meia cana c/fechadura(completo) Incluso Pintura primer, Branco ou Cinza	1	600,00	600,00
3	Portão de ferro manual de chapa de aço carbono ondulada 3 x 2m Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	3	2.100,00	6.300,00
4	Porta de aço carbono tipo cartola0,80 x 2,10m c/fechadura, com pintura primer, branco ou cinza	1	700,00	2.100,00
5	Porta de aço galvanizado 0,80 x 2,10m c/fechadura, Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	2	750,00	1.500,00
6	Troca de fechadura de sobrepor	4	90,00	360,00
7	Troca de fechadura de embutir	4	100,00	400,00
8	Troca de rolamento de portão de correr	2	120,00	240,00
			TOTAL	R\$ 17.500,00

2. JUSTIFICATIVA

Os serviços objeto do presente Termo de Referência destinam-se a confecção de peças metálicas, manutenção e conservação de portas, portões e traves do município.

3. DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A CONTRATAÇÃO

- 3.1 As interessadas deverão apresentar os seguintes documentos de habilitação nos autos do certame:
- a) Registro comercial, no caso de empresa individual:
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante (Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa);
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- g) prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



4. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1 - Os preços apresentados devem:

- a) Refletir os de mercado no momento, observado o prazo de prestação do serviço/entrega do produto;
- b) Compreender todas as despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.
- c) Serem irreajustáveis durante a vigência do contrato, excetuadas as hipóteses expressamente previstas em lei:
- 4.2 A CONTRATADA deverá planejar o fornecimento/serviço à medida que for solicitado pelo gestor do contrato;
- 4.2.1 O objeto será entregue/executado imediatamente nos dias, locais e horários designados pelo gestor do contrato. A entrega será promovida pela contratada sem nenhum custo para a contratante;
- 4.3 O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de entrega da mesma;
- 4.4 Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões;
- 4.5 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título.

5 - DAS PENALIDADES

- 5.1 No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão - MA;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 5.2 O atraso na execução do objeto implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;
- 5.3 Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;
- 5.4 O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em executar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;
- 5.5 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;
- 5.6 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação,





ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;

5.7 - O participante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- **6.1** Executar o objeto somente após o recebimento da Ordem de Serviço/Fornecimento, emitida pelo gestor do contrato;
- **6.2** Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e refazer, prioritária e exclusivamente, às suas custas e riscos, num prazo de no máximo de 12 (doze) horas, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições, decorrentes de culpa da empresa fornecedora ou fabricante.
- **6.3** Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causados por seus empregados ou representantes, direta e indiretamente, ao adquirente ou a terceiros, inclusive os decorrentes de serviços ou aquisições com vícios ou defeitos, constatáveis nos prazos da garantia, mesmo expirado o prazo.
- **6.4** Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do setor competente, não eximirá o fornecedor de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;
- 6.5 Efetuar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, com relação a execução do objeto;
- 6.6 Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação descritas no Edital;
- **6.7** Comunicar à fiscalização da Contratante, por escrito, quando verificar quaisquer condições inadequadas à execução do contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto;
- **6.8** Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias a execução do objeto contratado, pagando os emolumentos prescritos em lei.
- **6.9** Acatar as exigências dos Poderes Públicos e pagar, às suas expensas, as multas que lhes sejam impostas pelas autoridades.
- **6.10** Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar à Administração Pública Municipal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- **6.11** Arcar com todos os ônus e obrigações concernentes a custos de mão de obra, transportes, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;
- **6.12 -** A CONTRATADA não será responsável:
- 6.12.1 Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos no contrato.
- **6.13** A Prefeitura Municipal de São Francisco do Brejão MA não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros, sendo expressamente vedada a subcontratação.



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO

Secretaria Municipal de Infraestrutura

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1 A Contratante, durante a vigência do contrato, se compromete a:
- 7.1.1 Verificar se o objeto foi executado com observação às disposições pertinentes no Termo de Referência, implicando em caso negativo no cancelamento do pagamento do objeto executado;
- 7.1.2 Rejeitar o objeto cujas especificações não atendam, em quaisquer dos itens, aos requisitos mínimos constantes do Termo de Referência.
- 7.1.3 Designar servidores municipais para, na qualidade de fiscal, acompanhar a execução do objeto do contrato;
- 7.2 As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor ou comissão de recebimento deverão ser adotadas por seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes a administração.
- 7.3 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes de cada um dos itens que compõem o objeto deste termo, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.4 Comunicar à Contratada, através do executor designado, qualquer problema que ocorra durante a execução do objeto;
- 7.5 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado no contrato;
- 7.6 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;

São Francisco do Brejão (MA), 27 de Junho de 2022

Buone AL DA CRUZ BRANCO

Secretário Municipal de Infraestrutura

APROVO o Termo de Referência nos moldes delineados, à vista do detalhamento descrito no referido documento.

> Bomulus) EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES

Prefeita Municipal





AUTUAÇÃO

Aos vinte e sete dias do mês de junho de 2022 (dois mil e vinte e dois) AUTUO o presente feito, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRALHERIA EM GERAL, PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, tombando-o sob o nº 078/2022.

São Francisco do Brejão (MA), 27 de Junho de 2022

Secretária Municipal de Infraestrutura





Dispensa de Licitação nº 014/2022

Processo Administrativo nº 078/2022

A Secretaria Municipal de Infraestrutura vem por meio deste encaminhar os autos do processo em epígrafe para fins de emissão de despacho orçamentário que informe o suporte contábil legal (dotação orçamentária) para a execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal, com valor total estimado de R\$ 17.500,00 (dezessete mil, quinhentos reais).

São Francisco do Brejão (MA), 01 de Julho de 2022

PASCOAL DA CRUZ BRANCO

Secretária Municipal de Infraestrutura

AO SETOR CONTÁBIL NESTA



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO Setor Contábil



CERTIDÃO

Para: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

ELENICE MELO COSTA SILVA, inscrita no CRC sob nº MA-015283/O-1, responsável pela escrituração e demonstração contábil de execução financeira e orçamentária do município de SÃO FRANCISCO DO BREJÃO/MA.

CERTIFICA:

Em resposta ao encaminhamento da SINFRA, que revendo a Lei Orçamentária, para vigência no exercício financeiro do ano de 2022, verificou-se que após suplementação a dotação orçamentária consignada com saldo suficiente para o cumprimento dos encargos a serem assumidos no seguinte processo de contratação:

Objeto: Contratação de empresa para a execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal.

Dotação Orçamentária:

15.451.0006.2-038 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura 27.812.0015.2-184 - Manutenção do Desporto Amador 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 17.500,00

Outrossim, esclarecemos que a despesa encontra-se em consonância com a LDO, LOA e PPA.

São Francisco do Brejão (MA), 04 de Julho de 2022

ELENICE MELO COSTA SILVA CRC MA-015283/O-1

DELICIARGAO COMISSINOS

PROIBIDO PLASTIFICAR VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL EAR; SAO Chas ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 03320441439 LUIS, MOSSELL CONTRACTOR CONTRACTOR Rodrigues Pinhino Coursements as MA ASSWATURA DO PORTADOR MARANHÃO 923.128.103-87 23/07/1983 1015222983 SEJUSP MA IRO IRO JUDITH RODRIGUES PINHE ANTONIO DE JESUS PINHE 03/10/2017 25/06/2004 MA036364975 64669240008

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual



CPF

Data de Abertura

11/05/2022

Empresário(a)

Nome Civil

ELIAS RODRIGUES PINHEIRO

923.128.103-87

CNPJ

46.347.976/0001-36

Nome Empresarial

ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387

Nome Fantasia

PINHEIRO EMPREENDIMENTOS

Capital Social

25.000,00

Situação Cadastral Vigente

ATIVA

Data da Situação Cadastral

11/05/2022

Endereço Comercial

CEP

Logradouro

Número

65929-000

10A RUA BAHIA

S/N

Bairro

Munícipio

UF

CENTRO

SAO FRANCISCO DO BREJAO

MA

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período 1º período Início

11/05/2022

Fim

Atividades

Forma de Atuação

Internet, Estabelecimento fixo

Ocupação Principal

Soldador(a) / brasador(a) independente

Atividade Principal (CNAE)

Ocupações Secundárias

Artesão(ã) em metais independente

Calheiro independente

Carpinteiro(a) instalador(a) independente

Atividades Secundárias (CNAE)

2599-3/99 - Fabricação de outros produtos de metal não especificados anteriormente

4399-1/99 - Serviços especializados para construção não

especificados anteriormente

4330-4/02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de <u>Dispensa de Alvará e Licenca de</u>
Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

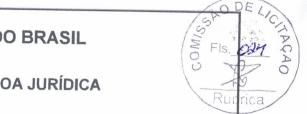
Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO 46.347.976/0001-36 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSC CADAS	CRIÇÃO E DE STRAL	SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 11/05/2022
NOME EMPRESARIAL ELIAS RODRIGUES PINHE	EIRO 92312810387			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (N PINHEIRO EMPREENDIME	OME DE FANTASIA) NTOS			PORTE ME
código e descrição da ativida 25.12-8-00 - Fabricação de	DE ECONÔMICA PRINCIPAL esquadrias de metal			
25.99-3-99 - Fabricação de 43.30-4-02 - Instalação de	DADES ECONÓMICAS SECUNDÁRIAS outros produtos de metal não espe portas, janelas, tetos, divisórias e a cializados para construção não esp	rmários embutio	doe do aualaua	r material
código e descrição da nature 213-5 - Empresário (Individ	EZA JURÍDICA ual			
LOGRADOURO 10 R BAHIA		NÚMERO S/N	COMPLEMENTO	
	IRRO/DISTRITO ENTRO	MUNICÍPIO SAO FRANCI	SCO DO BREJA	AO UF MA
ENDEREÇO ELETRÓNICO ELIASPINHEIRO245@GMA	IL.COM	TELEFONE (99) 9882-427	2	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL	(EFR)			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			DAT 11/	A DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/2022
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL	-			
SITUAÇÃO ESPECIAL				A DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 30/06/2022 às 09:18:09 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387

CNPJ: 46.347.976/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 11:21:09 do dia 17/05/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 13/11/2022.

Código de controle da certidão: **D960.C23C.20D2.B76B** Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO

Nº Certidão: 079665/22

Data da

17/05/2022 12:20:30

Inscrição Estadual: 127557679

CPF/CNPJ:46347976000136

Razão Social: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387

Endereco:

BAHIA, S N CEP: 65929000 - CENTRO

elefone:

(99)98824272

Município: SAO FRANCISCO DO BREJAO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria, substanciado pelos artigos 240 a 242, da lei nº 7.799, de 19/12/2002 e disposto no artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), não constam débitos relativos aos tributos estaduais, administrados por esta Secretaria, em nome do sujeito passivo acima identificado. Ressalvado, todavia, à Fazenda Pública Estadual o direito da cobrança de dívidas que venham a ser apuradas e não alcançadas pela decadência.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 14/09/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: ttp://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Débito".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 08/06/2022 11:21:56



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÍVIDA ATIVA

Nº Certidão: 034438/22

Data da

17/05/2022 12:22:40

Inscrição Estadual: 127557679

CPF/CNPJ: 46347976000136

Razão Social: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387

Endereço:

BAHIA, S N CEP: 65929000 - CENTRO

elefone:

(99)98824272

Município: SAO FRANCISCO DO BREJAO

UF: MA

Certificamos que, após a realização das consultas procedidas no sistema desta Secretaria e na forma do disposto do artigo 156, da lei nº 2.231, de 29/12/1962, substanciado pelos artigos 240 a 242 da lei nº 7.799, de 19/12/2002, bem como prescreve o artigo 205 da lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional) não constam débitos inscritos na Dívida Ativa, em nome do sujeito passivo acima identificado.

Validade da Certidão: 120 (cento e vinte) dias: 14/09/2022.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço: http://portal.sefaz.ma.gov.br/, clicando no item "Certidões" e em seguida em "Validação de Certidão Negativa de Dívida Ativa".

CERTIDÃO EMITIDA GRATUITAMENTE.

Data Impressão: 17/05/2022 12:22:40

Voltar

Imprimin





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.347.976/0001-36

Razão Social: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO

Endereco: R BAHIA SN / CENTRO / SAO FRANCISCO DO BREJAO / MA / 65929-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/06/2022 a 26/07/2022

Certificação Número: 2022062704031881822655

Informação obtida em 30/06/2022 08:28:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387 (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 46.347.976/0001-36 Certidão n°: 15734401/2022

Expedição: 17/05/2022, às 12:08:00

Validade: 13/11/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387 (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 46.347.976/0001-36, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos

Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Zateles des

SINTEGRALICMS

कार्याद्यां का निर्माणिक एक जिल्लामध्य प्रकार निर्माणिक प्रकार है। विद्यालया

Andadelace les gitamines

Resultado da Consulta SINTEGRA/ICMS

IDENTIFICAÇÃO

CGC: 46.347.976/0001-36 Inscrição Estadual: 12.755767-9 Razão Social: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387

Regime Apuração: MEI

ENDEREÇO

Logradouro: BAHIA

Número: S N Complemento:

Bairro: CENTRO

Município: SAO FRANCISCO DO BREJAO UF: MA CEP: 65929000 DDD: Telefone: 98824272

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CNAE Principal: 2539001 - SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA

CNAEs S	Secundários
Código	Descrição CNAE
4330402	INSTALAÇÃO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISÓRIAS E ARMÁRIOS EMBUTIDOS DE QUALQUER MATERIAL
4399199	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE
2599399	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS DE METAL NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE

Situação Cadastral Vigente: HABILITADO Data desta Situação Cadastral: 12/05/2022

OBRIGAÇÕES

NFe a partir de (CNAE's):

EDF a partir de:

CTE a partir de:

Observação: Os dados acima estão baseados em informações fornecidas pelo próprio contribuinte cadastrado. Não valem como certidão de sua efetiva existência de fato e de direito, não são oponíveis à Fazenda e nem excluem a responsabilidade tributária derivada de operações com ele ajustadas.

Data da Consulta: 17/05/2022

Número da Consulta:

Nova Consulta | Imprimir

ODE LICIARON FIS. 030 PCA O Ruprica

COTEC 2005-2013



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO-MA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GOVERNO DEP. MUNICIPAL DE ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO



ALVARÁ 2022



Insc. Mun. n00.210/22

Insc. Est. nº:

PINHEIRO EMPREENDIMENTOS NOME DE FANTASIA :

ENDEREÇO: AV. BAHIA, SN-CENTRO

SÃO FRANCISCO DO BREJÃO-MA

ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387 RAZÃO SOCIAL:

CPF/CNPJ: N° 46.347.976/0001-36

25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal ATIVIDADE :

25.99-3-99 - Fabricação de outros produtos de metal não especificados

anteriormente

43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários

embutidos de qualquer material

43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados

LICENÇA PARA: LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO 2022.

DATA DE EMISSÃO

08/06/2022

VÁLIDO ATÉ

31/12/2022

Mardone Lopes Bezerra Diretor de Departamento Mun. de Arrecadação Fiscalização e Tributação Portaria 011/2021



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO-MA DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVA AOS TRIBUTOS MUNICIPAIS



Nome: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO

CNPJ: 46.347.976/0001-36

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não **constam** pendências em nome do contribuinte acima citado, relativas a tributos administrados pelo Departamento de Arrecadação, Fiscalização e Tributação. Débitos inscritos na receita municipal impedem emissão de quaisquer documentos e outros comprovantes em nome do titular, exceto certidão negativa de débitos.

Validade: 06 (seis) meses.

São Francisco do Brejão - MA, 04 de julho de 2022.

Mardone Lopes Bezerra
Diretor do Departamento de Arrecadação, Fiscalização e Tributação
Port011/21





Dispensa de Licitação nº 014/2022 Processo Administrativo nº 078/2022

São Francisco do Brejão (MA), 08 de Julho de 2022

A Secretaria Municipal de Infraestrutura vem por meio deste solicitar a emissão de parecer jurídico acerca da possibilidade de contratação de empresa para a execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal.

JUSTIFICATIVA

I – OBJETO

Contratação de empresa para a execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal, conforme Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Par de Trave de futebol Society c/requadro 4x 2,20m / Rede Não Inclusa	2	3.000,00	6.000,00
2	Portão de aço carbono 2,10 x 0,85 meia cana c/fechadura(completo) Incluso Pintura primer, Branco ou Cinza	1	600,00	600,00
3	Portão de ferro manual de chapa de aço carbono ondulada 3 x 2m Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	3	2.100,00	6.300,00
4	Porta de aço carbono tipo cartola0,80 x 2,10m c/fechadura, com pintura primer, branco ou cinza		700,00	2.100,00
5	Porta de aço galvanizado 0,80 x 2,10m c/fechadura, Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	2	750,00	1.500,00
6	Troca de fechadura de sobrepor	4	90,00	360,00
7	Troca de fechadura de embutir	4	100,00	400,00
8	Troca de rolamento de portão de correr	2	120,00	240,00
			TOTAL	R\$ 17.500,00

- II CONTRATADO: ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387 (PINHEIRO EMPREENDIMENTOS)
- III CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA A DISPENSA DE LICITAÇÃO





A contratação pretendida para a prestação dos serviços individuados no item I, por dispensa de licitação, se funda no artigo 24, II, da lei 8.666/93 e, portanto, se justifica pelo pequeno vulto das despesas a serem realizadas.

IV - RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

A escolha do fornecedor tem por escora os preços constantes na proposta apresentada pelo mesmo em sede de pesquisa realizada pela administração, consubstanciando-se nos menores preços obtidos junto ao mercado local.

V - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços do objeto coadunam-se com os valores praticados no mercado local, conforme depreende-se da pesquisa de preços anexada aos presentes autos.

Por fim, declaramos que as despesas encontram-se em consonância com a LDO, PPA e LOA.

Atenciosamente,

PASCOAL DA CRUZ BRANCO Secretária Municipal de Infraestrutura

ILMA SRA. FABICLEIA SOUSA CONCEIÇÃO ASSESSORA JURÍDICA NESTA





MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N°____ QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) E PINHEIRO EMPREENDIMENTOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVICOS.

do ano de 2022, de um lado, o MUNICÍPIO DE SÃO dias do mês de FRANCISCO DO BREJÃO (MA), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.616.680/0001-35, com sede administrativa na Rua Gervásio Pinheiro S/N, Centro, neste ato representado por seu Secretário Municipal o Sr. PASCOAL DA CRUZ BRANCO, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 540035963 SSP-MA e do CPF nº 644.689.503-82, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa, ELIAS RODRIGUES PINHEIRO (PINHEIRO EMPREENDIMENTOS), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 46.347.976/0001-36, com sede na Rua Bahia s/n, Centro, São Francisco do Brejão - MA, neste ato representada pelo Sr. Elias Rodrigues Pinheiro, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade de nº 1015222893 SEJUSP-MA e do CPF nº 923.128.103-87, têm, entre si, ajustado o presente contrato decorrente de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022, Processo Administrativo nº 078/2022 - SINFRA, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 tombado sob o nº 078/2022 - SINFRA e da proposta apresentada.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Par de Trave de futebol Society c/requadro 4x 2,20m / Rede Não Inclusa	2	3.000,00	6.000,00
2	Portão de aço carbono 2,10 x 0,85 meia cana c/fechadura(completo) Incluso Pintura primer, Branco ou Cinza	1	600,00	600,00
3	Portão de ferro manual de chapa de aço carbono ondulada 3 x 2m Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	3	2.100,00	6.300,00
4	Porta de aço carbono tipo cartola0,80 x 2,10m c/fechadura, com pintura primer, branco ou cinza	3	700,00	2.100,00
5	Porta de aço galvanizado 0,80 x 2,10m c/fechadura, Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	2	750,00	1.500,00
6	Troca de fechadura de sobrepor	4	90,00	360,00
7	Troca de fechadura de embutir	4	100,00	400,00



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO



Secretaria Municipal de Infraestrutura

2	120,00		240,00
	TOTAL	R\$	17.500,00
	2		2 120,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 tombado sob o nº 078/2022 - SINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL

O valor total estimado deste contrato é de R\$ 17.500,00 (dezessete mil, quinhentos reais).

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

15.451.0006.2-038 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura

27.812.0015.2-184 - Manutenção do Desporto Amador

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 31.12.2022, podendo ser prorrogado nos termos do que disciplina a Lei nº 8.666/93, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço devidamente subscrita pelo gestor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos no instrumento de contrato, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;
- b) Realizar a fiscalização do objeto contratado mediante a aprovação dos documentos e relatórios apresentados.
- c) Repassar a contratada todas as informações necessárias ao fornecimento do objeto.
- d) Receber o objeto em estrita observância às especificações técnicas, devolvendo-o no caso de recusa, devidamente acompanhado de notificação expressando os motivos da recusa.
- e) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução efetiva do objeto, podendo recusar aquele que não esteja de acordo com os termos deste Contrato;
- f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do contrato:
- g) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;
- h) Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, nos termos da Lei;
- Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para acompanhar a execução;
- j) Receber os serviços em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;



Secretaria Municipal de Infraestrutura

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo, a CONTRATADA se obriga a executar o objeto de acordo com as especificações do termo de referência do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 tombado sob o nº 078/2022 - SINFRA e de acordo com a Proposta apresentada, que integram este Contrato independente de transcrição.

Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

- a) Realizar a execução de acordo com todas as exigências contidas no termo de referência;
- b) Atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE
- c) Substituir, por sua conta e responsabilidade, o objeto recusado pela CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022;
- d) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mãode-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- e) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;
- f) Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, sob pena de rescisão unilateral e imediata do contrato;
- g) A CONTRATADA deverá indicar gestor para a fiel execução do contrato;
- h) A CONTRATADA deverá cumprir, além das exigências elencadas neste instrumento, todas aquelas constantes no TERMO DE REFERÊNCIA do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 do qual decorre o presente contrato;
- i) A CONTRATADA se obriga a cumprir o prazo previsto para a execução;
- j) A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.
- j.1) Sempre que a CONTRATANTE exigir documentação comprobatória das condições mencionadas no item "j", a CONTRATADA deverá atender.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar vinte por cento do valor do contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A referida multa será aplicada mediante notificação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhes sejam devidos pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A administração poderá, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante e à contratada as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da contratante;



c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cincos) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.

d) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: A critério da CONTRATANTE poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

Para fazer face aos desembolsos do objeto desta contratação serão utilizados recursos financeiros consignados na CLÁUSULA QUARTA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços serão os constantes na proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) cópia das respectivas Ordens de Serviço;
- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- g) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- h) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas. a) A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da documentação aludida no parágrafo segundo, e ser apresentada à CONTRATANTE até o décimo dia do mês subsequente ao fornecimento/execução.





PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: EM = I x N x VP, na qual

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = 0.00016438I = 6/100365 365

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.

PARÁGRAFO SEXTO: A Nota Fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter, obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CONTRATANTE e o número da conta corrente da Contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de revisão de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO OITAVO: Serão retidos os impostos e contribuições sociais (INSS, ISS, COFINS, PIS, CSSL e IR), quando aplicável e de acordo com os procedimentos e alíquotas definidos na legislação pertinente.

PARÁGRAFO NONO: Caso seja aplicável a retenção de impostos, a empresa contratada deverá destacar os referidos valores na(s) nota(s) fiscal(is), e apresentar a respectiva Guia para Recolhimento do Imposto referente ao mês de execução dos serviços, devidamente preenchida, cuja retenção na fonte ficará a cargo da CONTRATANTE, a qual efetuará o recolhimento e posteriormente devolverá a guia devidamente quitada à Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor do imposto a ser retido deverá ser discriminado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, não devendo ser deduzido do valor total da nota fiscal, sendo apenas um destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FISCAL DE CONTRATO

A fiscalização deste Contrato será efetuada por servidor público designado pela CONTRATANTE, que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à



Secretaria Municipal de Infraestrutura

regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento

SUBCONTRAÇÃO, – DA **SEGUNDA** CLÁUSULA DÉCIMA TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação ou indenização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, sempre

a) Inadimplência de Cláusula contratual por parte da CONTRATADA;

b) Inobservância de especificações e recomendações fornecidas pela CONTRATANTE;

c) Interrupção do serviço por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem justificativa apresentada e aceita pela CONTRATANTE;

d) Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da CONTRATADA;

e) Transferência, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de cancelar o pagamento das prestações vincendas, no caso de rescisão administrativa prevista no citado Art. 77, sem obrigação de indenizar a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO

A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação exigidas no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.





CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro de Açailândia (MA), comarca da qual o município de São Francisco do Brejão (MA) é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

	São Francisco do Brejão (MA), de de 2022
CONTRATANTE SECRETÁRIO MUNICIPAL	
REPRESENTANTE LEGAL	(PINHEIRO EMPREENDIMENTOS),
TESTEMUNHAS:	
CPF	CPF:





PARECER

"Prestação de serviços de serralheria em geral. Dispensa de Licitação em razão do valor. Possibilidade. Pressupostos legais."

A ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA), no exercício de suas atribuições legais, vem proceder à análise e emissão de Parecer Jurídico.

Trata-se de solicitação de realização de despesa preterida de procedimento licitatório, formulada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, por meio da qual aduz, dentre outros fundamentos, que "[...] A contratação justifica-se tendo em vista a confecção de peças metálicas, manutenção e conservação de portas, portões e traves do município. [...]".

Registra que "[...] A contratação pretendida para a prestação dos serviços individuados no item I, por dispensa de licitação, se funda no artigo 24, I, da lei 8.666/93 e, portanto, se justifica pelo pequeno vulto das despesas a serem realizadas. [...]"

Por fim, pugna pela contratação direta da empresa ELIAS RODRIGUES PINHEIRO 92312810387 (PINHEIRO EMPREENDIMENTOS) acostando ao pedido pesquisa de preços composta por três orçamentos, bem como os documentos jurídicos e fiscais da empresa citada.







Este é o relatório. Passo a opinar.

Com efeito, a Constituição da República prevê a possibilidade da aquisição de produtos e contratação de serviços, por parte da Administração Pública, sem prévio procedimento licitatório.

Essa é a letra do art. 37, XXI, da Carta Magna, in verbis:

"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (destaques e grifos nossos)

Da leitura do dispositivo legal acima invocado depreende-se que, em regra, toda e qualquer contratação de produto ou serviço levada a efeito pela Administração Pública deve ser precedida do competente procedimento licitatório, o qual é regido pela Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02 e demais normas pertinentes.

Por outro ângulo, o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos, regulamentando a primeira parte do art. 37, XXI, da Carta Magna, estabeleceu em seu art. 24 e incisos as hipóteses e pressupostos em que se torna admissível a contratação direta de produtos e serviços, ocasião em que a realização do processo de licitação se torna dispensável.







No caso *sub examinem*, o valor orçado para a contratação do objeto é de pequeno vulto, tornando-se dispensável a realização de procedimento licitatório.

O art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, reza que:

"É dispensável a licitação:

[...] II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (destaques e grifos nossos)

Urge salientar que, com o advento do Decreto nº 9.412 de 18 de Junho de 2018, restaram atualizados e, por conseguinte, alterados os valores previstos nos incisos I e II, do art. 23, da Lei nº 8.666/93.

Assim é que os limites de valor insertos no art. 24, l e II, da Lei nº 8.666/93, com o reflexo da atualização levada a efeito pelo Decreto nº 9.412 de 18 de Junho de 2018, coadunam-se com o vulto da contratação pretendida.

Dessarte, uma vez presentes os pressupostos autorizadores da contratação direta em razão do pequeno vulto, opina este Órgão pela legalidade do procedimento de dispensa de licitação para a "execução de serviços de serralheria em geral para administração pública municipal", observado o procedimento disposto na Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos legais aplicáveis à matéria.







Após a devida análise, aprovamos a minuta do contrato administrativo posto que observadas as disposições legais atinentes a matéria. (art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93)

Acerca do mérito do ato administrativo é válido registrar que não cabe a este órgão jurídico imiscuir-se em tal seara, avaliando a conveniência e oportunidade da contratação. Na forma do parágrafo único do art. 38 da Lei n.º 8.666/93, compete a esta Consultoria, tão-somente, o exame prévio quanto aos aspectos jurídico-formais do procedimento.

Remeta-se a Secretaria de origem para as providências que julgar cabíveis.

Este é o parecer.

São Francisco do Brejão - (MA), 13 de julho de 2022

Fabicléia Sousa Conceição Procentadora Geral Portan Nº 001/2021

Fabicleia Sousa Conceição Assessora Jurídica OAB-MA 21.245





Processo administrativo nº 078/2022

São Francisco do Brejão (MA), 13 de Julho de 2022

Após a devida análise e emissão do competente parecer jurídico, encaminho os autos do processo administrativo em epígrafe para prosseguimento em seus ulteriores termos.

Fabicleia Sousa Conceição Procuradora Geral Ponaria Nº 001/2021

Fabicleia Sousa Conceição Assessora Jurídica OAB-MA 21.245

A ILMA. SR.

PASCOAL DA CRUZ BRANCO

SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

NESTA





Dispensa de Licitação nº 014/2022 Processo Administrativo nº 078/2022 - SINFRA

São Francisco do Brejão (MA), 15 de Julho de 2022

A Secretaria Municipal de Infraestrutura vem por meio deste encaminhar os autos do processo em epígrafe para fins de ratificação da contratação por dispensa de licitação, em razão do valor, cujo objeto consiste na execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal.

Sem mais, registramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

PASCOAL DA CRUZ BRANCO Secretária Municipal de Infraestrutura

EXMA. SRA.
EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES
PREFEITA MUNICIPAL
NESTA



ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO GABINETE DO PREFEITO



DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Processo Administrativo nº 078/2022 - SEPLAN Dispensa de Licitação nº 014/2022

Afigurando-me que o procedimento de contratação epigrafado encontra-se regular e legalmente desenvolvido e estando ainda presente o interesse público na contratação que deu ensejo à instauração do processo, ratifico a decisão exarada nos autos, de acordo com os seus próprios fundamentos e em conformidade, ainda, com o parecer da douta Assessoria Jurídica do Município.

Portanto, efetive-se a contratação, por dispensa de licitação, segundo o disposto acima. Sigam-se seus ulteriores termos.

São Francisco do Brejão (MA), 18 de Julho de 2022

EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES PREFEITA MUNICIPAL



TERMO DE CONTRATO Nº 136/2022 QUE ENTRE DEPONSÃO MUNICÍPIO 0 **CELEBRAM** FRANCISCO DO BREJÃO (MA) E PINHEIRO EMPREENDIMENTOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVICOS.

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de 2022, de um lado, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA), através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.616.680/0001-35, com sede administrativa na Rua Gervásio Pinheiro S/N, Centro, neste ato representado por seu Secretário Municipal o Sr. PASCOAL DA CRUZ BRANCO, brasileiro, casado, agente político, portador da cédula de identidade de nº 540035963 SSP-MA e do CPF nº 644.689.503-82, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e, do outro lado, a empresa, ELIAS RODRIGUES PINHEIRO (PINHEIRO EMPREENDIMENTOS), pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 46.347.976/0001-36, com sede na Rua Bahia s/n, Centro, São Francisco do Brejão - MA, neste ato representada pelo Sr. Elias Rodrigues Pinheiro, brasileiro, solteiro, empresário, portador da cédula de identidade de nº 1015222893 SEJUSP-MA e do CPF nº 923.128.103-87, têm, entre si, ajustado o presente contrato decorrente de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022, Processo Administrativo nº 078/2022 -SINFRA, com fundamento na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal, em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 tombado sob o nº 078/2022 - SINFRA e da proposta apresentada.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Par de Trave de futebol Society c/requadro 4x 2,20m / Rede Não Inclusa	2	3.000,00	6.000,00
2	Portão de aço carbono 2,10 x 0,85 meia cana c/fechadura(completo) Incluso Pintura primer, Branco ou Cinza	1	600,00	600,00
3	Portão de ferro manual de chapa de aço carbono ondulada 3 x 2m Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	3	2.100,00	6.300,00
4	Porta de aço carbono tipo cartola0,80 x 2,10m c/fechadura, com pintura primer, branco ou cinza	3	700,00	2.100,00
5	Porta de aço galvanizado 0,80 x 2,10m c/fechadura, Pintura primer Inclusa, branco ou cinza	2	750,00	1.500,00
6	Troca de fechadura de sobrepor	4	90,00	360,00
	Troca de fechadura de embutir	4	100,00	400,00
7		2	120,00	240,00
8	Troca de rolamento de portão de correr		TOTAL	R\$ 17.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 tombado sob o nº 078/2022 - SINFRA.







CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR TOTAL

O valor total estimado deste contrato é de R\$ 17.500,00 (dezessete mil, quinhentos reais) Ruprica

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orcamentária:

15.451.0006.2-038 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura

27.812.0015.2-184 - Manutenção do Desporto Amador

3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

4.4.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O presente contrato entrará em vigor na data de sua assinatura e findará em 31.12.2022, podendo ser prorrogado nos termos do que disciplina a Lei nº 8.666/93, condicionada sua eficácia à publicação na imprensa oficial.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços serão executados em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE, por meio de Ordem de Serviço devidamente subscrita pelo gestor do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE obriga-se a:

a) Efetuar os pagamentos à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos no instrumento de contrato, observando as normas administrativas e financeiras em vigor;

b) Realizar a fiscalização do objeto contratado mediante a aprovação dos documentos e relatórios apresentados.

c) Repassar a contratada todas as informações necessárias ao fornecimento do objeto.

d) Receber o objeto em estrita observância às especificações técnicas, devolvendo-o no caso de recusa, devidamente acompanhado de notificação expressando os motivos da recusa.

e) Atestar os documentos fiscais pertinentes, quando comprovada a execução efetiva do objeto, podendo recusar aquele que não esteja de acordo com os termos deste Contrato;

f) Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do

g) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA;

h) Designar um servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da contratação, nos termos da Lei;

i) Permitir o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE, quando necessário para acompanhar a execução;

j) Receber os serviços em conformidade com as especificações, quantidade, qualidade, prazos e demais condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Dentre outras atribuições decorrentes da celebração deste Contrato Administrativo, a CONTRATADA se obriga a executar o objeto de acordo com as especificações do termo de referência do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 tombado sob o nº 078/2022 - SINFRA e de acordo com a Proposta apresentada, que integram este Contrato independente de transcrição.

Constituem ainda obrigações da CONTRATADA:

a) Realizar a execução de acordo com todas as exigências contidas no termo de referência;







- b) Atender as determinações e exigências formuladas pela CONTRATANTE
- c) Substituir, por sua conta e responsabilidade, o objeto recusado pela CONTRATANTE, nos prazos estabelecidos no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022;
- d) Responsabilizar-se, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização dos serviços, até o seu término;
- e) A CONTRATADA é a única e exclusiva responsável pelos ônus trabalhistas gerados por seus empregados, que porventura serão utilizados por força da execução do presente contrato;
- f) Fica terminantemente vedada à CONTRATADA a transferência das obrigações decorrentes deste instrumento a terceiros, sob pena de rescisão unilateral e imediata do contrato;
- g) A CONTRATADA deverá indicar gestor para a fiel execução do contrato;
- h) A CONTRATADA deverá cumprir, além das exigências elencadas neste instrumento, todas aquelas constantes no TERMO DE REFERÊNCIA do processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022 do qual decorre o presente contrato;
- i) A CONTRATADA se obriga a cumprir o prazo previsto para a execução;
- j) A CONTRATADA deverá manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022**.
- j.1) Sempre que a CONTRATANTE exigir documentação comprobatória das condições mencionadas no item "j", a CONTRATADA deverá atender.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado a multa de mora que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

- a) 0,33% (trinta e três centésimos por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, desde o segundo até o trigésimo dia;
- b) 0,66% (sessenta e seis centésimo por cento) ao dia, incidente sobre o valor da parcela em atraso a partir do trigésimo primeiro dia, não podendo ultrapassar vinte por cento do valor do contrato;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A referida multa será aplicada mediante notificação, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, podendo a mesma ser compensada com quaisquer pagamentos que lhes sejam devidos pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A administração poderá, nos casos de inexecução total ou parcial do contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante e à contratada as seguintes sanções:

- b) Multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total do contrato, nos casos que ensejarem sua rescisão determinada por ato unilateral e escrito da contratante;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, pelo prazo de até 05 (cincos) anos, a critério da autoridade competente, segundo a natureza e gravidade da falta e/ou penalidades anteriores em caso de reincidência.
- d) Declaração de inidoneidade, para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As multas serão recolhidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da Notificação oficial.





PARÁGRAFO QUARTO: A critério da CONTRATANTE poderão penalidades, no todo ou em parte, quando a infração for devidamente justificada pela CONTRATADA e aceita pela CONTRATANTE, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

Para fazer face aos desembolsos do objeto desta contratação serão utilizados recursos financeiros consignados na CLÁUSULA QUARTA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Os preços serão os constantes na proposta.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O pagamento estará condicionado à REGULARIDADE FISCAL DA CONTRATADA, devendo esta demonstrar tal situação em todos os seus pedidos de pagamentos por meio da seguinte documentação:

- a) cópia das respectivas Ordens de Serviço;
- b) cópia da Nota de Empenho;
- c) Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, a qual se refira às contribuições previdenciárias e as de terceiros;
- d) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Estadual;
- f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
- g) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal;
- h) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
- i) Certificado de Regularidade do FGTS;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias contados a partir da apresentação da Nota Fiscal acompanhada da Fatura, no Setor de Protocolo da CONTRATANTE, devidamente conferida e atestada pelo setor competente, para ser efetuado diretamente na conta que o fornecedor apresentar, no ato da contratação, para o que deverá, na oportunidade, informar o nome do Banco, o n.º da Agência e da Conta-Corrente onde deverá ocorrer o crédito, não sendo permitidas alterações futuras sem a anuência das partes interessadas. a) A Nota Fiscal deverá estar acompanhada da documentação aludida no parágrafo segundo, e ser apresentada à CONTRATANTE até o décimo dia do mês subsequente ao fornecimento/execução.

PARÁGRAFO QUARTO: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos em fatura própria, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $\mathbf{E}\mathbf{M} = \mathbf{I} \times \mathbf{N} \times \mathbf{VP}$, na qual

```
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso;
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
                        1 = 6/100
```

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso o pagamento devido seja antecipado pelo CONTRATANTE, o respectivo montante sofrerá desconto proporcional, nas mesmas condições estabelecidas no parágrafo anterior.





PARÁGRAFO SEXTO: A Nota Fiscal apresentada deverá ser expressa em real e conter obrigatoriamente, o número do contrato celebrado com a CONTRATANTE e o número da conta corrente da Contratada.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de revisão de preços ou correção monetária.

PARÁGRAFO OITAVO: Serão retidos os impostos e contribuições sociais (INSS, ISS, COFINS, PIS, CSSL e IR), quando aplicável e de acordo com os procedimentos e alíquotas definidos na legislação pertinente.

PARÁGRAFO NONO: Caso seja aplicável a retenção de impostos, a empresa contratada deverá destacar os referidos valores na(s) nota(s) fiscal(is), e apresentar a respectiva Guia para Recolhimento do Imposto referente ao mês de execução dos serviços, devidamente preenchida, cuja retenção na fonte ficará a cargo da CONTRATANTE, a qual efetuará o recolhimento e posteriormente devolverá a guia devidamente quitada à Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O valor do imposto a ser retido deverá ser discriminado após a descrição dos serviços prestados, como parcela dedutível apenas para produzir efeito no ato da quitação da nota fiscal, fatura ou recibo, não devendo ser deduzido do valor total da nota fiscal, sendo apenas um destaque a fim de que não se altere a base de cálculo de qualquer tributo que incida sobre o valor dos serviços executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceitos pela CONTRATANTE, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FISCAL DE CONTRATO

deste Contrato será efetuada por servidor público designado pela CONTRATANTE, que poderá, a qualquer tempo, determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como propor a aplicação das penalidades previstas neste instrumento

CESSÃO SUBCONTRAÇÃO, DA **SEGUNDA** DÉCIMA CLÁUSULA TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei nº. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/93, e ocorrerá nos termos do art. 79, do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE poderá rescindir de pleno direito o Contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito de reclamação ou indenização, sem prejuízo das penalidades aplicáveis, sempre que ocorrer:

a) Inadimplência de Cláusula contratual por parte da CONTRATADA;

b) Inobservância de especificações e recomendações fornecidas pela CONTRATANTE;





c) Interrupção do serviço por exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sem justificativa apresentada e aceita pela CONTRATANTE;

d) Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da CONTRATADA;

e) Transferência, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica assegurado à CONTRATANTE o direito de cancelar pagamento das prestações vincendas, no caso de rescisão administrativa prevista no citado Art. sem obrigação de indenizar a CONTRATADA.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA HABILITAÇÃO

A CONTRATADA terá que manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação exigidas no processo de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pelo CONTRATANTE na imprensa oficial, obedecendo ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666/93, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Fica eleito o foro de Açailândia (MA), comarca da qual o município de São Francisco do Brejão (MA) é termo judiciário, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

São Francisco do Brejão (MA), 18 de Julho de 2022

SECRETÁRIO MUNICIPAL Natrigues Pheino

ELIAS RODRIGUES PINHEIRO (PINHEIRO EMPREENDIMENTOS),

REPRESENTANTE LEGAL

TESTEMUNHAS:

SÃO FRANCISCO DO BREJÃO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Sexta, 22 de Julho de 2022 ANO: 2 | № 312 ISSN 2764-1627

nomeadas. São Francisco do Brejão (MA), 08 de Julho de 2022 MIRIAM BRANDÃO SILVA – SECRETARIA PLANEJAMENTO. DE MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS.

Publicado por: Lucas Silva Alencar Código identificador: ibph6uhbqip20220722090734 art. 4°, XX, da Lei nº 10.520/02, adjudico 5 objeto a empresa: DISTIMAR COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRECA São Francisco do Brejão (MA), 19 de Julho de 2022 LUCAS SILVA ALENCAR - PREGOEIRO MUNICIPAL

> Publicado por: Lucas Silva Alencar Código identificador: \$rHDerJhwzhK

EXTRATO DE DISPENSA

Extrato de Dispensa 014/2022

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) EXTRATO DE RATIFICAÇÃO E CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Processo de Dispensa nº 014/2022 -SINFRA. Processo Administrativo 078/2022 - SINFRA. OBJETO: A execução de serviços de serralheria em geral para a administração pública municipal. CONTRATADO: (PINHEIRO **PINHEIRO** RODRIGUES **ELIAS** EMPREENDIMENTOS). Valor: R\$ 17.500,00 (dezessete mil, quinhentos reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 15.451.0006.2-038 - Manutenção das Atividades da Infraestrutura 27.812.0015.2-184 de Secretaria Manutenção do Desporto Amador 3.3.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 4.4.90.52.00.00 -Equipamentos e Material Permanente. São Francisco do Brejão (MA), 18 de Julho de 2022. PASCOAL DA CRUZ BRANCO - SECRETÁRIO MUNICIPAL.

Publicado por: Lucas Silva Alencar Código identificador: \$IduozaYctVT

ADJUDICAÇÃO

Adjudicação PP 008/2022

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL **BREJÃO FRANCISCO** DO SÃO ADJUDICAÇÃO MODALIDADE Pregão Presencial nº 008/2022 - CPL. OBJETO Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação, retirada e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, refrigeradores, bebedouros, freezeres e frigobar. AMPARO LEGAL Lei nº 10.520/02 PRAZO DE EXECUÇÃO A execução do objeto será imediata, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças. VALOR TOTAL R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora no

HOMOLOGAÇÃO

Resultado da Licitação PP 008/2022

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL FRANCISCO DO BREJÃO SÃO HOMOLOGAÇÃO. MODALIDADE Pregão Presencial nº 008/2022 - CPL. OBJETO Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de instalação, retirada e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, refrigeradores, bebedouros, freezeres e frigobar. AMPARO LEGAL Lei nº 10.520/02 PRAZO DE EXECUÇÃO A execução do objeto será imediata, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças. VALOR TOTAL R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) Em decorrência do processo de licitação acima individuado, com escora no art. 4°, XX, da Lei nº 10.520/02, homologo o objeto a empresa: DISTIMAR COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. São Francisco do Brejão (MA), 20 de Julho de 2022. EDINALVA BRANDÃO GONÇALVES - PREFEITA MUNICIPAL.

Publicado por: Lucas Silva Alencar Código identificador: \$DUpfMNn.3VP

EXTRATO DE CONTRATO

Extrato de Contrato PP 008/2022

ESTADO DO MARANHÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO (MA) EXTRATO DO CONTRATO CONTRATANTE SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO E DESENVOLVIMENTO HUMANO. CONTRATADO: DISTIMAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: Prestação de serviços de instalação, retirada e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, refrigeradores, bebedouros, freezeres e frigobar. VALOR TOTAL R\$ 108.800,00 (cento e oito mil, oitocentos reais) REGÊNCIA: Lei nº DOTAÇÃO 8.666/93 no Lei 10.520/02

